

perspectiva de perda é possível, com valor de causa total de R\$ 20.445.

Em 31 de dezembro de 2017, essas ações ainda estavam em discussão na esfera judicial. Os quais na opinião de seu assessor jurídico, tem expectativa de perda possível, mas não provável. Desta forma a administração decidiu em não registrar qualquer provisão para contingências em face desse assunto.

(iv) A Provisão de cobrbrigações é constituída para fazer frente a cobertura das perdas estimadas e associadas às garantias financeiras prestadas. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total de garantias prestadas com cobrbrigações é de R\$ 36.455 (R\$ 26.410 em 2016) e a provisão constituída totaliza de R\$ 583 (R\$ 378 em 2016).

	2017	2016
Saldo inicial	378	159
Constituição	1.047	1.431
Reversão	(842)	(1.212)
Saldo final	583	378

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

É representado pelas integralizações de 16.455 e 15.991 associados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes. No exercício de 2017, a Cooperativa aumentou seu capital social em R\$ 11.468 (R\$ 14.022 em 2016, sendo R\$ 12.687 de novos cooperados e R\$ 1.335 com sobras) com recursos provenientes de novas integralizações, e, também, ocorreram baixas, no montante de R\$ 7.278 (R\$ 9.097 em 2016), provenientes de associados desligados. O capital social é de R\$ 104.419 e de R\$ 100.229 em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respectivamente.

b. Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim do exercício, conforme Estatuto Social, tem a seguinte destinação:

- 20% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus associados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à Carta Circular nº 3.224/06, o FATES é registrado como exigibilidade.

c. Deliberação da assembleia geral ordinária de 26 de abril de 2017

A Assembleia Geral Ordinária aprovou as demonstrações financeiras de 2016 por unanimidade. Aprovou também a proposta da diretoria para destinação de reserva legal para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) proposto nas demonstrações financeiras de 2016. A Assembleia também deliberou pela destinação das sobras no montante de R\$ 2.779 para reserva de contingências, atendendo a solicitação do BACEN e R\$ 1.036 para incremento do fundo de reserva legal.

d. Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (F.A.T.E.S) é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

As sobras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, após os juros sobre o capital, estão assim compostas:

Destinações Estatutárias:

	2017	2016
Sobras líquidas do primeiro semestre	5.430	7.975
Sobras líquidas do segundo semestre	8.216	(3.232)
Sobras líquidas do exercício	13.646	4.743

	2017	2016
Fundo de reserva legal	(2.630)	(867)
Reversão reserva contingências	2.779	-
Ajuste exercício anterior	(2.378)	566
FATES – Ato Cooperativo	(657)	(217)
FATES – Ato Não Cooperativo	(496)	(410)
Sobras Líquidas a Disposição da AGO	10.264	3.815

As destinações acima demonstradas foram apropriadas às respectivas contas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e serão submetidas para revisão e aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

e. Juros sobre capital

O capital social dos associados é remunerado. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras os juros são reclassificados da despesa para o patrimônio líquido e apresentado como uma distribuição de sobras. No exercício de 2017 foram apropriados R\$ 5.000 (R\$ 8 em 2016), o pagamento dos juros sobre o capital, do exercício de 2017, ocorreu em dezembro/17.

13. Receitas de prestação de serviços

	2017	2016
Descrição	(Não auditado) 2º semestre	Exercício
Rendas de cobranças	1.322	2.612
Rendas de serviços prioritários	391	751
Rendas de serviços diferenciados	3	22
Rendas de tarifas bancárias	1.350	2.425
Rendas de outros serviços	8.256	14.026
	11.322	19.836

14. Outros dispêndios administrativos

	2017	2016
Descrição	(Não auditado) 2º semestre	Exercício
Dispêndios com serviços	(6.868)	(13.609)
Dispêndios com alugueis	(843)	(1.711)
Dispêndios com comunicações	(310)	(658)
Dispêndios com processamentos	(662)	(1.292)
Dispêndios com propaganda e publicidade	(1.134)	(1.688)
Dispêndios de depreciação e amortização	(939)	(1.810)
Outros dispêndios administrativos	(4.807)	(9.296)
	(15.563)	(30.064)

15. Outros dispêndios operacionais

	2017	2016
Descrição	(Não auditado) 2º semestre	Exercício
Fundo Garantidor de Depósitos - FGOOP	(560)	(1.076)
Outros dispêndios operacionais	(1.792)	(2.185)
	(2.352)	(3.261)

16. Outros ingressos operacionais

	2017	2016
Descrição	(Não auditado) 2º semestre	Exercício
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.114	5.531
Recuperação de encargos e dispêndios	596	742
Reversão Reserva de Contingência	156	166
Outros ingressos	14	14
	4.880	6.453

O método adotado para constituição da provisão é a aplicação de um percentual representativo do risco assumido sobre o valor que está em garantia.

17. Resultado não operacional

	2017	2016
Descrição	(Não auditado) 2º semestre	Exercício
Receitas não operacionais		
Ganhos de capital	82	90
Rendas de alugueis	135	149
Outras rendas	11	17
	228	256
Despesas não operacionais		
Despesa de desvalorização outros valores e bens	(650)	(657)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(784)	(869)
Outras despesas	(1.252)	(1.722)
	(2.696)	(3.248)
	(2.468)	(2.992)

18. Seguros contratados – (Não adotado)

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores

para fazer face à ocorrência de eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

19. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, relações interfinanceiras, depósitos à vista e a prazo.

20. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive diretores e executivos. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

	2017		
Descrição	Honorários	Operações de crédito	Depósitos
Diretoria e Conselho de Administração	2.878	3.980	14.268
Conselho Fiscal	146	743	9.656
	3.024	4.723	23.924

	2016		
Descrição	Honorários	Operações de crédito	Depósitos
Diretoria e Conselho de Administração	2.822	4.068	13.694
Conselho Fiscal	164	591	8.501
	2.986	4.659	22.195

As operações de crédito e depósitos são realizadas em condições similares aos demais cooperados. As remunerações pagas aos Diretores e membros dos Conselhos são deliberadas e aprovadas em Assembleia Geral.

a. Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicred's de Santa Catarina e do Paraná Ltda. – Unicred Central SC/PR

A Cooperativa é filiada à Unicred Central SC/PR, em conjunto com outras cooperativas singulares filiadas, que representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

b. Atribuições estatutárias

A Unicred Central SC/PR é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas do Banco Central do Brasil, bem como facilitar a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe a Unicred Central SC /PR a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A Unicred União responde solidariamente pelas obrigações contraídas pela Unicred Central SC/PR perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

c. Saldos das transações da Cooperativa com a Unicred Central SC/PR nos exercícios:

Descrição	2017	2016
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 4)		
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	74	1
Centralização financeira	398.220	282.401
	398.294	282.402
Ativo não circulante		
Permanente		
Investimentos (nota 8)	16.980	15.472
	415.274	297.874

Despesas com Unicred Central

Unicred Central SC/PR	2.608	2.242
	2.608	2.242

As operações são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

21. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

Em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil, esta instituição implantou diversas estruturas de gerenciamento de risco compatíveis com a natureza e a complexidade dos seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política e os Relatórios de Risco, os quais estão disponíveis na sede da instituição.

As estruturas de gerenciamento de risco podem ser assim resumidas:

a. Risco operacional

Implantada em conformidade com a regulação, tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

b. Risco de crédito

Essa estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, conforme estabelecido pelo regulador.

c. Risco de liquidez

Implantada em cumprimento a regulação vigente, a estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados à:

I - A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política e os Relatórios de Risco, os quais estão disponíveis na sede da instituição.

d. Risco socioambiental

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 4.327/14, esta Cooperativa possui estrutura de gerenciamento de risco socioambiental compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

e. Gestão de capital

Elaborada com base na regulação vigente, tem por objetivo o processo contínuo de: I. Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

II. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e

III. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco, os quais estão disponíveis na sede da instituição.

f. Gestão de Continuidade de Negócios

De forma geral, a Política de Gestão de Continuidade de Negócios do sistema Unicred contém os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação e restauração dos processos mais críticos no caso de ocorrência de eventuais interrupções, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo regulador.

g. Segurança da Informação

Alinhada às melhores práticas, esta instituição implantou a estrutura com o objetivo de formalizar as diretrizes da Segurança da Informação do Sistema Unicred, visando à proteção dos ativos de informação com eficiência e eficácia, de modo seguro e transparente, garantindo a disponibilidade, integridade, autenticidade, legalidade e sigilo das informações neles contidas.

h. Risco de mercado

Essa estrutura tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

Murilo Miguez Presidente	Ingo Regis Diretor Administrativo /Financeiro
Alexandre Vinicius Glicerio Pereira Contador CRC: MG- 047022/O-5	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Associados da COOPERATIVA DE CRÉDITO DO LESTE DE SANTA CATARINA E DO PARANÁ LTDA - UNICRED UNIÃO Itajaí/SC
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Leste de Santa Catarina e do Paraná Ltda. – UNICRED UNIÃO ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Leste de Santa Catarina e do Paraná Ltda. – UNICRED UNIÃO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 06 de abril de 2018

ERNST & YOUNG